



Renata Canuto Fontes

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM AMBIENTE ESCOLAR:
O CASO DO SÍTIO SANTA LUZIA**

Barretos - SP

2018

RENATA CANUTO FONTES

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM AMBIENTE ESCOLAR:
O CASO DO SÍTIO SANTA LUZIA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – à distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Santana Costa

Brasília - DF

2018

A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

(Walter Benjamin)



Foto 1: Estátua de Borba Gato em Santo Amaro – São Paulo, logo após protesto que banhou a estátua de tinta

Autor: Felipe Laroza/VICE. 30/09/2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	14
CAPÍTULO 2 - CASAS BANDEIRISTAS	19
CAPÍTULO 3 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESCOLA PROJETO VIDA	24
3.1 - CAMINHOS METODOLÓGICOS	27
3.2 - ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	32
3.3 - Educação Patrimonial turma G5 Educação Infantil	32
3.4 - Aulas Sobre o Bandeirismo	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	

LISTA DE SIGLAS

CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

Figura 1 - Lista das Casas Bandeirista no estado de São Paulo	21
Figura 2 – Localização das Casas Bandeiristas na cidade de São Paulo	28
Foto 1: Estátua de Borba Gato em Santo Amaro – São Paulo	03
Foto 2 - Casarão do Sítio Santa Luzia (antiga entrada principal)	22
Foto 3 - Casarão do Sítio Santa Luzia (vista da atual entrada)	23
Foto 4 - Casarão do Sítio Santa Luzia (vista lateral do imóvel)	23
Foto 5 - Casa de vidro com adesivos de pássaros (confeccionados a partir de desenhos dos alunos).....	25
Foto 6 - Página do livro “História que as Casas Contam” (com foto e legenda dos alunos)	34
Foto 7 - Página do livro “História que as Casas Contam” (com foto e legenda dos alunos)	35
Foto 8 - Livro “História que as Casas Contam” (Produto final do Projeto em 2011) ...	36
Foto 9 – Apresentação livro: “História que as Casas Contam” (Produto final do Projeto em 2011)	36
Foto 10 - Painel “Nosso Casarão” (com fotos, desenhos e legendas feitos pelos alunos)	38

À minha família

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a contribuição e o auxílio das professoras Fabiana Lopes e Margareth Tieppo, que me receberam e compartilharam seus conhecimentos, suas práticas e seus trabalhos. À Jane Barreto, que desde o primeiro contato se colocou totalmente à disposição para todas as minhas dúvidas (surgiram muitas no decorrer da minha pesquisa) e à diretora Mônica Padroni, que abriu as portas da Escola Projeto Vida, que é o coração deste trabalho.

Ao departamento de Protocolo do CONDEPHAAT, pela cessão da totalidade do processo de tombamento do Sítio Santa Luzia em meio digital. Este fato facilitou muito a logística do estudo do processo e possibilitou consultá-lo todas as vezes que necessitei.

Agradeço à minha tutora, Verônica Brandão, que me acompanhou desde o início dessa jornada, compreendeu todos os problemas pelos quais passei e não me deixou desanimar. “Obrigada de coração”.

À minha orientadora, professora Sandra Costa, que acreditou em mim (mesmo quando eu não acreditava que este trabalho sairia). “Professora, esse trabalho saiu graças à sua compreensão e parceria. Obrigada pela paciência com essa aluna nem sempre tão organizada”. Aproveito para agradecer também ao professor Sidelmar Alves da Silva Kunz por ter aceitado participar da minha defesa. Estou muito feliz por também haver um Geógrafo em minha banca.

Por fim, e não menos importante, gostaria de agradecer ao Anderson, meu companheiro, que foi meu grande incentivador para fazer o curso (afinal, foi ele quem me informou sobre a abertura das inscrições e que durante uma caminhada pelo bairro fez despertar o meu interesse pelo Sítio Santa Luzia). “Obrigada pela companhia, pelo seu companheirismo, pela paciência e por compartilhar comigo essa paixão pelo patrimônio”.

RESUMO

Quando se fala sobre Educação Patrimonial, o primeiro pensamento que ocorre é em relação à Educação Patrimonial em ambiente museológico. Os trabalhos relacionados à Educação Patrimonial em ambiente escolar, normalmente, ocorrem baseados nos parâmetros do projeto Mais Educação, idealizado pelo MEC para alunos do Ensino Fundamental, e, muitas vezes, trata sobre patrimônio cultural e imaterial. Contudo, a Educação Patrimonial não ocorre somente em ambiente museológico. É também possível que ocorra em ambiente escolar, mesmo sem o conhecimento prévio do material confeccionado pelo MEC. Este trabalho utilizou-se de metodologia de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória e discorre sobre a Educação Patrimonial que ocorre em ambiente escolar com estudantes da Educação Infantil, alocados em um imóvel que é patrimônio material edificado (Casa Bandeirista), demonstrando que é possível trabalhar conceitos e estrutura de projetos de pesquisas com crianças de cinco anos de idade.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial, Escola Projeto Vida, Patrimônio Material, Casas Bandeiristas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de investigar as possibilidades de trabalhar a Educação Patrimonial no ambiente escolar, tendo como exemplo o edifício em que se encontra a unidade de Educação Infantil da Escola Projeto Vida, localizada no jardim São Bento, distrito da Casa Verde, Zona Norte do Município de São Paulo – SP.

Quando iniciei o curso de especialização, pretendia estudar e pesquisar sobre as questões burocráticas que levam ao tombamento de um local pelos órgãos competentes nas diferentes esferas (Municipal, Estadual e Federal), mas uma caminhada de reconhecimento do novo bairro para onde havia há pouco me mudado fez com que eu também mudasse o meu interesse de estudo.

A área da Educação sempre me provocou grande interesse e a possibilidade de pesquisar o assunto Educação Patrimonial em ambiente escolar, mais precisamente na Educação Infantil, mostrou-se bastante instigante.

Em razão da possibilidade de trabalhar a Educação Patrimonial no Ensino Infantil e o fato do Sítio Santa Luzia ser um imóvel tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), fazendo parte do que se definiu como “Casas Bandeiristas” e ainda abrigar a unidade escolar, foi despertado o interesse de estudar as perspectivas e possibilidades da Educação Patrimonial nesse ambiente.

Partimos da problemática de conceitualizar a Educação Patrimonial dentro de uma instituição de Educação Básica em que um de seus prédios é patrimônio material tombado pelo CONDEPHAAT e CONPRESP.

Tendo como hipótese de que trabalhar a Educação Patrimonial em ambiente escolar é uma maneira de ensinar a História local para estudantes do ensino fundamental e médio como uma forma de aprendizagem formal, utilizar-se de uma estrutura conhecida e pela qual os estudantes já tenham uma memória afetiva (o prédio tombado é o local onde os estudantes da educação infantil entram para o grupo escolar) é de grande valia para que o entendimento sobre preservação do patrimônio seja mais efetivo. Acreditamos que conhecer a própria história e origens são maneiras de se sentir pertencente a algo maior e despertar maior interesse de preservação do seu patrimônio e de divulgação sobre esse conhecimento.

A Educação Patrimonial é um método utilizado para trabalhar a identidade e o sentimento de pertencimento do indivíduo a um local ou comunidade e a escola é um dos primeiros espaços socializantes onde a criança aprende sobre ser, ter e pertencer. Nesse sentido, Moraes (2005), nos assevera:

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (MORAES, 2005, p. 2).

É necessário que os indivíduos conheçam sobre a sua história e sobre o local onde vivem/estudam para se apropriar dessa narrativa, compreender e se sentir parte. Sentindo-se parte, a preservação de sua própria narrativa passa a ser relevante e o indivíduo torna-se um agente multiplicador do conhecimento do seu próprio espaço.

Segundo Soares (2003, p. 14), “a Educação Patrimonial apresenta-se como uma possibilidade de construção de identidade, de participação, de democracia e cidadania”. No entanto, a Educação Patrimonial não é ensinada nos livros didáticos e é preciso que ela saia do ambiente museógrafo e entre no ambiente escolar. Para que isso aconteça necessitamos que a escola abra espaço para os projetos interdisciplinares, tendo como base os temas transversais e assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) .

A LDB prevê em seu artigo 26, parágrafo quarto, que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” e em seu parágrafo sétimo diz: “A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput”. E, ainda, em seu artigo 36, está escrito que o ensino de “diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”. Nesse cenário, abrangem-se as linguagens e suas tecnologias, as ciências da natureza e suas tecnologias e as ciências humanas e sociais aplicadas.

Por vezes, quando pensamos em Educação Patrimonial, imaginamos a prática realizada por instituições tradicionais de preservação do patrimônio (como museus, centros culturais e de pesquisa) e raramente a consideramos ocorrendo no dia a dia do ambiente escolar.

Mario de Andrade, na década de 1920, escreveu que “O ensino primário é imprescindível (...), não basta ensinar o analfabeto e a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização.”

Neste caso, não estamos tratando de um aprendizado que ocorre no ensino primário, mas na educação infantil e do imóvel onde está instalada a instituição de ensino, onde ocorre a socialização de crianças em sua primeira infância. O mesmo imóvel também é utilizado para o aprendizado in loco de estudantes do ensino fundamental II quando estão aprendendo sobre o bandeirismo em suas aulas de História.

De acordo com a museóloga Maria de Lourdes Horta, o termo “Educação Patrimonial” pode ser traduzido como:

[...] um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999, p. 4).

Com isso, Mario de Andrade e Horta nos dizem que além da alfabetização formal, para que conheçamos as letras e possamos decifrar as palavras e nossos códigos de linguagem, também necessitamos ser alfabetizados para o mundo em que vivemos e para a cultura na qual estamos inseridos, assim podemos aprender sobre nossa realidade (e a realidade do próximo), criar empatia e então valorizarmos nossa história e nosso patrimônio, seja ele material ou imaterial.

Tivemos como objetivo principal analisar como (e se) ocorre o processo da Educação Patrimonial na Unidade de Educação Infantil da Escola Projeto Vida, localizada em imóvel tombado nas instâncias estaduais e municipais.

Além deste objetivo principal, fomos norteados pelos objetivos específicos, que foram descrever como ocorre a interação e a rotina escolar da Escola Projeto Vida, compreender como (e se) ocorre a salvaguarda do patrimônio tombado e identificar as possibilidades e as dificuldades dos educadores que trabalham a educação patrimonial com educandos na faixa etária de três a cinco anos.

Este trabalho inicia com uma epígrafe na qual há uma citação de Walter Benjamin e uma imagem da estátua do bandeirante Borba Gato no bairro de Santo Amaro – São Paulo-SP, logo após protesto que banhou a estátua de tinta, pois durante o

processo de pesquisa fui questionada se não haveria nenhuma crítica ao movimento. Nesta pesquisa, não caberia uma crítica mais aprofundada aos bandeirantes, mas não poderia deixar de manifestar meu posicionamento.

Ao longo deste trabalho, a partir do nosso referencial teórico, traçamos um panorama de como foi construído o conceito de Educação Patrimonial no Brasil, a visão de alguns autores e apresentamos o termo “Casa Bandeirista”, para que o leitor se familiarize com essa designação e o que de fato significa. Apresentamos a Escola Projeto Vida, seus valores e o trabalho de Educação Patrimonial que é realizado em sua unidade de Educação Infantil.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O termo “Educação Patrimonial” surgiu pela primeira vez no Brasil no ano de 1983, durante o 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos” em Petrópolis (Rio de Janeiro), inspirado no modelo “*heritage education*”¹. Alguns anos mais tarde, em 1996, Horta lançou o Guia Básico de Educação Patrimonial. Esse guia serviu de base para muitas ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no início dos anos 2000 e ainda hoje é base de estudos sobre o tema.

O Guia inicia explicando o que é Educação Patrimonial, cuja definição vai ao encontro dos propósitos pedagógicos da Escola Projeto Vida:

(...) A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 4).

Consideramos a formação cultural um princípio e por isso prevemos ações intencionais dirigidas aos alunos, funcionários e famílias. Proporcionamos o acesso aos saberes culturais, o conhecimento e desenvolvimento de estéticas (compreensão sensível-cognitiva) que reflitam as várias faces do pensamento, da comunicação, da criatividade e da expressão humana. Realizamos ações que façam os sujeitos conscientes de sua própria cultura, que construam uma consciência ampliada, um novo olhar que respeita a diversidade e a pluralidade social (PROJETO VIDA).

¹ A origem dessa expressão é inglesa e a museóloga Horta teve contato com essa metodologia enquanto fazia sua pesquisa de doutorado, o termo pode ser traduzido, conforme HORTA (1999, p. 6) como: “[...] um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória históricatemporal em que está inserido”.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial é um instrumento que serve para a criação da identidade, através do conhecimento que, a partir da valorização dos patrimônios culturais (materiais e imateriais), auxilia na construção do sentimento de pertencimento. Além disso, sabemos que é preciso sentir-se pertencente para poder preservar.

De acordo com Soares (2003, p.88), “a educação patrimonial pretende despertar a curiosidade dos educandos, para que, estudando um objeto concreto, descubram, por meio dele, mais informações”. Mas como fazer isso numa realidade em que esbarramos no que conhecemos como Educação Escolar Tradicional? No intento de uma resposta, a priori, Luckesi (1994) ressalta que a escola encontra-se defasada e incapaz de atender às novas necessidades e é preciso haver uma inovação institucional. Não bastam reformas, mas sim uma inovação radical, já que o modelo da escola tradicional não serve mais para os tempos atuais.

Horta (1996), em seu documento referente à Educação Patrimonial, diz:

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA,1996, p. 4).

Utilizar-se do local onde está instalado um colégio seria então uma maneira de atualizar e inovar o modo de ensinar, apropriando-se de conceitos da educação patrimonial e aproveitando a existência material de um momento simbólico na nossa história para educar, indo além do modelo tradicional da escola conteudista.

Pensando sobre essa problemática, precisamos recordar que a temática relacionada ao patrimônio cultural e artístico está prevista em nossa legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/1996), mais especificamente detalhada no décimo volume dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que discorre e incorpora sobre temas transversais e interdisciplinaridade. Com isso, abre-se um infinito número de possibilidades para complementação da educação tradicional.

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (ORIÁ, 2005, p. 2).

De acordo com os PCNs, interdisciplinaridade e transversalidade são:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (1997, p. 40).

Pelegri (2009, p. 55) nos alerta sobre a necessidade de explicitar ao aluno, de qualquer que seja o nível de ensino e quaisquer que sejam as disciplinas envolvidas no projeto em que o conteúdo relacionado à educação patrimonial esteja previsto no currículo, que esses estudos são pertinentes e não tratam de entretenimento e lazer. “Se ressaltarmos a relevância e a responsabilidade social de todos os envolvidos no aprendizado, nossos alunos sentir-se-ão integrados a um projeto mais amplo de educação patrimonial, identificação e salvaguarda.”

Moraes (2005) nos fala sobre a necessidade da prática da Educação Patrimonial e sobre o patrimônio como um recurso vasto de possibilidades de estudos. A inserção do tema no currículo, ainda que difícil, pode ser um projeto motivador.

Neste sentido, acredito que a prática de Educação Patrimonial faz-se necessária em todos os âmbitos, tais como museus, bibliotecas, arquivos, etc., mas de maneira efetiva nas escolas desde a alfabetização, para que estas ações possam ser realizadas de maneira continuada. Então, proponho a inserção deste tema nos currículos escolares como tema transversal, visando um trabalho integrado e interdisciplinar. Tal proposta não é tarefa fácil. (...) Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o Patrimônio imaterial e natural, são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada área/disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, podem ser usados como motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo ensino/aprendizagem (MORAES, 2005, p. 13).

Matos (2010) esclarece que, mesmo tendo imensa importância na formação do indivíduo, a Educação Patrimonial precisa continuar sendo uma técnica, um projeto interdisciplinar que dialoga com diversos conteúdos e não deve ser engessado dentro de uma única disciplina escolar:

A Educação Patrimonial tem se mostrado como uma ferramenta e não deve ser encarada como uma disciplina, pois ao torná-la como tal, terminamos por engessá-la, passando a servir somente como uma matéria, mas quando devemos deixá-la como amálgama para circular entre as diversas disciplinas que tendem a gerar efeitos sobre o grupo exposto. Estes efeitos podem ser de mão única de cima para baixo e terminando por não gerar processos multiplicadores ou de mão dupla, onde o aplicador e aplicado trocam informações e ambos se modificam (MATOS, 2010, p. 1).

Somando-se a isso só corrobora com o que diz Pelegrini (2009), quando em seu livro sobre propostas para conteúdos e atividades a serem aplicados com foco na educação patrimonial, no início do capítulo sobre indicativos para a elaboração de planos de aula, alerta:

De pronto esclarecemos que as sugestões propostas neste livro não tem o intuito de oferecer ao professor “modelos” voltados a “congelar” ou “imobilizar” sua criatividade, mas propor algumas possibilidades de abordagem, forma de organização do material informativo e de fontes diferenciadas relativas à inserção da temática do patrimônio no ensino fundamental, médio e profissionalizante (PELEGRINI, 2009, p. 46).

Apesar da Educação Patrimonial no Brasil parecer inserida na educação formal, necessitando somente da vontade e disponibilidade dos educadores para que seja colocada em prática e, assim, efetivada, ela não está consolidada e bem estruturada. Para que haja preservação efetiva é preciso que sejam inseridos na discussão outros agentes sociais, como observado por Scifoni (2017), lembrando sempre do papel do poder público na preservação patrimonial:

“Conhecer para preservar” é uma campanha que deve ser levada, principalmente, à esfera do poder público, junto aos vereadores de câmaras municipais, prefeitos, governadores, deputados do legislativo, que, não raramente, pressionam os órgãos públicos para aprovações de empreendimentos que causam a perda física ou de significados dos bens culturais (SCIFONI, 2017, p. 8).

A Educação Patrimonial é transformadora na medida em que, como instrumento de criação de identidade e pertencimento, também auxilia a formação da cidadania, superando a ideia de apenas preservar objetos materiais.

Conhecer para preservar é, igualmente, uma lição que deve ser difundida entre os próprios gestores públicos do patrimônio que, muitas vezes, têm dado exemplos de aprovações de intervenções e licenciamento de obras que, contraditoriamente, causam destruição ou descaracterização do próprio objeto de sua tutela. (...)

Aos educadores cabe superar esta discussão do passado, situando o patrimônio no século XXI, dentro da realidade complexa de interesses e ações público-privadas. Reproduzir acriticamente frases de efeito da década de 1930, de forma descontextualizada, tem levado a educação patrimonial a práticas equivocadas, que deixam claro as fragilidades conceituais a que está submetida (SCIFONI, 2017, p. 8).

CAPÍTULO 2 - CASAS BANDEIRISTAS

A arquitetura bandeirista tem ligação com o momento do bandeirismo no Estado de São Paulo. Esses imóveis não eram ocupados pelos bandeirantes, mas sim pelos financiadores dessas bandeiras. O argumento apresentado por Saia (1955) sobre “a produção do mestiço” e “invenção do mameluco” como estratégia paulista para o desbravamento das bandeiras, não apresenta nenhuma crítica. Seu texto é unicamente explanatório sobre o que foi o movimento como introdução ao assunto bandeirismo para poder falar sobre algumas das heranças que esse movimento deixou.

A primeira bandeira paulista, chefiada pelo parceiro de Martim Afonso de Sousa, Pero Lobo, inaugurou oficialmente o ciclo com um desastre completo (...). O fracasso da atuação militar e social dessas entradas, exclusivamente organizadas com base na experiência militar portuguesa, nem se limitou a essa época – uma vez que se repetiu séculos afora, sempre sem os frutos equiparáveis aos das bandeiras – nem representou uma experiência desvalida para a comunidade paulista. Era sobretudo um fracasso devido a erro de técnica e impropriedade de material humano. (...) Para superar tais dificuldades, os paulistas inventaram uma solução: o mameluco. O mesmo mameluco que foi o guia da bandeira, o fornecedor de informação e, especialmente, o fornecedor daquela sensibilidade indispensável para intimidar o bandeirante com o seu campo e sua batalha (SAIA, 1955 p. 6).

Esse momento histórico paulista deixou muitas feridas abertas na nossa história. Durante muitos anos (e ainda hoje), a história dos vencedores e invasores dessa terra foi contada como heroica e digna de idolatria. Contudo, de nenhuma maneira, a nossa intenção neste trabalho é exaltar a história dos vencedores. Pretende-se com esse trabalho discutir acerca do legado material deixado pela elite apoiadora do movimento e a possibilidade de trabalhar educação patrimonial (de forma crítica) utilizando-se dessa materialidade.

“Casas velhas” era como o poeta Mario de Andrade (1893-1945) designava as residências rurais do período colonial que encontrou em suas andanças pelo interior de São Paulo e Minas Gerais.

Os exemplares que quase duas décadas depois viriam a ser conhecidos como “casas bandeiristas” figuram nos documentos e na correspondência entre Mario de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, hoje reunidos no volume *Cartas de trabalho*, simplesmente como “casas velhas, expressão que nada esclarecia sobre aquele tipo de arquitetura, a não ser sobre a sua antiguidade. Fato natural naquelas circunstâncias, quando muito pouco ainda fora pesquisado e descoberto sobre a arquitetura brasileira” (MAYUMI, 2008, p. 23)

Podemos dizer que Mario de Andrade era um apaixonado pelo patrimônio cultural paulista, e realizou um levantamento de edifícios que poderiam ser alvo de interesse, mesmo antes de ser funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). E, quando já funcionário desse órgão, coordenou junto com Luis Saia um levantamento de localização de alguns desses edifícios e sua documentação.

A seguir, Mayumi (2008), destaca:

Em meio à certeza de Mario de que havia exemplares arquitetônicos indiscutivelmente dignos de tombamento (...) aparecem também no relatório dúvidas, ou informações por vezes lacônicas. (...). As residências que são objetos de interesse de nossa pesquisa, as “casas velhas”, mereceram na ocasião o seguinte comentário de Mário: “arquitetura civil em São Paulo: A bem dizer, não existe na capital de São Paulo mais nenhum prédio de residência que conserve digno de atenção federal. Um serviço estadual, a meu ver, especioso, poderá tombar alguns prédios desses (MAYUMI, 2008, p. 24).

O termo “Casa Bandeirista” apareceu pela primeira vez no ensaio de Luis Saia, de 1955, chamado “A Casa Bandeirista - uma Interpretação”. O texto é sobre a Casa do Butantã, cuja restauração foi feita em 1954 por conta das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Nesse artigo Saia disserta sobre a capitania de São Vicente e suas especificidades em relação à outras capitanias, como a de Pernambuco. Ressalta a autonomia da capitania de São Vicente e até mesmo certa insubordinação dos paulistas em relação à metrópole.

As Casas Bandeiristas não são exatamente a casa dos bandeirantes, mas sim de fazendeiros financiadores das bandeiras. Dada a sua importância no contexto geral, Saia chama os donos dessas casas de “agenciador de bandeiras”.

Quanto à casa bandeirista rural, quase nada sabemos de positivo em relação ao programa que norteou, (...). Mas um fato é certo: por mais de duzentos e cinquenta anos a planta e mesmo o partido arquitetônico da casa roceira colonial paulista da bacia do Tietê não tiveram alterações significativas, o que indica não ter havido mudanças no modo de morar, isto é, não terem ocorrido variações no programa de necessidades, o que indica antes de tudo, uma estabilidade social em que as expectativas de ordem cultural mantiveram-se plenamente satisfeitas e imutáveis (LEMOS, 1999, p. 21).

para o interior do país e América do Sul pelos bandeirantes. O Sítio Santa Luzia localiza-se a cerca de 1000 metros da margem direita do rio Tietê, na antiga chácara de São Bento (na época da constituição da chácara essa distância provavelmente era menor, pois temos que considerar que o rio foi retificado entre as décadas dos anos de 1950 e 1970 para a construção da via expressa da Marginal do Tietê). A Casa do Sítio Santa Luzia está localizada a cerca de 300 metros do Sítio Morrinhos, também uma casa bandeirista tombada como patrimônio histórico pelo SPHAN, que possui estreita ligação com o sítio.

Verificamos na literatura disponível que desde o ensaio de Saia (1955), a partir de sua análise de 12 exemplares conhecidos, instituiu-se que a casa bandeirista típica possui as seguintes características tipológicas, segundo Mayumi (2008):

planta regular; paredes de taipa de pilão; telhado de quatro águas e coberturas com telhas de canal; implantação sobre a plataforma natural ou artificial, à meia encosta, nas proximidades de um riacho, planta organizada em três faixas – social, familiar, de serviço, a partir da fachada principal; depósito ou sobrado, aproveitando a acentuada inclinação do telhado; alpendre encaixado na fachada principal, entre dois cômodos onde funcionariam uma capela e um dormitório para hóspedes (MAYUMI, 2008, p. 32).

Foto 2 - Casarão do Sítio Santa Luzia, antiga entrada principal



Foto: Fontes (2018)

Esses imóveis foram classificados em dois grupos, os que Saia (1955) chamou de “puros”, ou seja, as casas seiscentistas com todos os elementos presentes (conforme citação acima) e aqueles que são classificados como tardios, onde há a ausência de alguns desses elementos. O Sítio Santa Luzia faz parte desse grupo tardio, conclusão que chegamos após analisar o relatório técnico para o tombamento do imóvel.

Foto 3 - Casarão do Sítio Santa Luzia (vista da atual entrada)



Foto: Fontes (2018)

Foto 4 - Casarão do Sítio Santa Luzia (vista lateral)



Foto: Fontes (2018).

CAPÍTULO 3 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESCOLA PROJETO VIDA

A unidade de educação infantil da Escola Projeto Vida existe no mesmo local² há 27 anos, tem sua metodologia baseada no conceito sócio-construtivista e atende crianças de 2 até 6 anos de idade.

A escola possui um blog em parceria com o jornal O Estado de São Paulo³, onde há sua descrição sucinta e objetiva.

A Escola Projeto Vida começou sua trajetória há 27 anos, no bairro da Casa Verde, Zona Norte de São Paulo. Instalada no Sítio Santa Luzia – patrimônio arquitetônico da cidade de São Paulo. A Educação Infantil desfruta de 2.000m² repletos de árvores centenárias e de uma casa construída com taipa de pilão de mais de 200 anos. Perto dali, a segunda unidade oferece conforto e recursos adequados aos alunos do Ensino Fundamental I e II. Atenta às práticas educacionais inovadoras, a Projeto Vida cria situações em que o aluno seja desafiado e participante ativo da construção do conhecimento. Acredita que crianças e adolescentes precisam adquirir competências que os tornem capazes de lidar com diferentes tecnologias e linguagens, desenvolvendo respostas e novos saberes, com sólida base cultural, científica e fortes valores humanitários e de respeito às diferenças.

Sua diretora, Mônica Padroni, se interessou pelo imóvel para a instalação da unidade de educação infantil da escola Projeto Vida e, desde o ano de 1992, tinha conhecimento do seu tombamento e das obrigações com relação à preservação e possíveis restrições para modificações estruturais. Prova disso é o fato de que a diretora, em março de 1992, encaminhou documento ao Condephaat solicitando informações sobre possíveis restrições.

²Rua Sórora Angélica, 364 - Casa Verde - São Paulo - SP

³ <https://educacao.estadao.com.br/blogs/escola-projeto-vida>

**Foto 5 - Casa de vidro com adesivos de pássaros
(confeccionados a partir de desenhos dos alunos)**



Foto: Fontes (2018)

A grande demonstração dessa preocupação com o espaço do casarão tombado é o cuidado com a restauração do imóvel antes do início de suas atividades e, mais recentemente, no ano de 2016, a construção do que chamam de “Casa de Vidro”, um espaço multiuso, utilizado como refeitório pelos alunos e onde ocorrem aulas. A escolha pela construção de um imóvel com paredes de vidro ocorreu para que não houvesse concorrência estética com o imóvel principal e fossem facilmente identificadas as estruturas novas e antigas. Preocuparam-se também com um problema comum em imóveis com fachadas transparentes, em que muitos pássaros chocam-se com o vidro, por não conseguirem distinguir o material translúcido e intransponível. Por essa razão, durante a construção da nova estrutura, realizaram um trabalho com os alunos do primeiro ano do ensino fundamental, onde o problema foi discutido. Como resultado do projeto, os alunos desenharam pássaros, posteriormente transformados em adesivos e então aplicados nas paredes.

A Escola Projeto Vida assim descreve que sua missão é:

garantir educação de qualidade baseada em uma proposta atual, que contribua significativamente para a formação de cidadãos críticos e responsáveis, individual e coletivamente, com sólida base cultural, científica e fortes valores humanitários, respeitando as diferenças entre indivíduos e grupos

sociais (Disponível em www.projetovida.com.br. Acesso: dezembro de 2018. PROJETO VIDA, 2018).

A Escola Projeto Vida destaca seus valores éticos, científicos e humanos à formação de cidadãos críticos e responsáveis, defensores da igualdade, que sejam capazes de realizar trabalhos coletivos sem perder sua individualidade, que saibam trabalhar em grupo e que compreendam que somos responsáveis pelas nossas escolhas.

3.1: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Por esta ser uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, deu-se início por meio de um contato com a escola, com o intuito de obter cooperação e partilha de informações suas e do imóvel, bem como conhecer o processo educacional dentro do ambiente tombado. O contato foi feito por e-mail e telefone e, posteriormente, foram realizadas três visitas à escola, a primeira ocorrida no mês de maio de 2018.

A primeira visita foi um momento muito significativo, pois fomos recebidos pela responsável por apresentar a escola aos interessados em matricular seus filhos e aos pesquisadores, que serviu de intermediadora entre a escola e nós durante grande parte da pesquisa.

Após o primeiro contato, com a colaboração da escola, foi realizado o levantamento bibliográfico da produção científica já realizada sobre o tema, abrangendo estudos sobre a constituição da fazenda Santa Luzia e a história do movimento bandeirista no estado de São Paulo. Ainda na área de levantamento bibliográfico, foram analisados artigos, livros e teses referentes a parâmetros curriculares de educação formal (mais especificamente a educação infantil), patrimônio histórico e educação patrimonial.

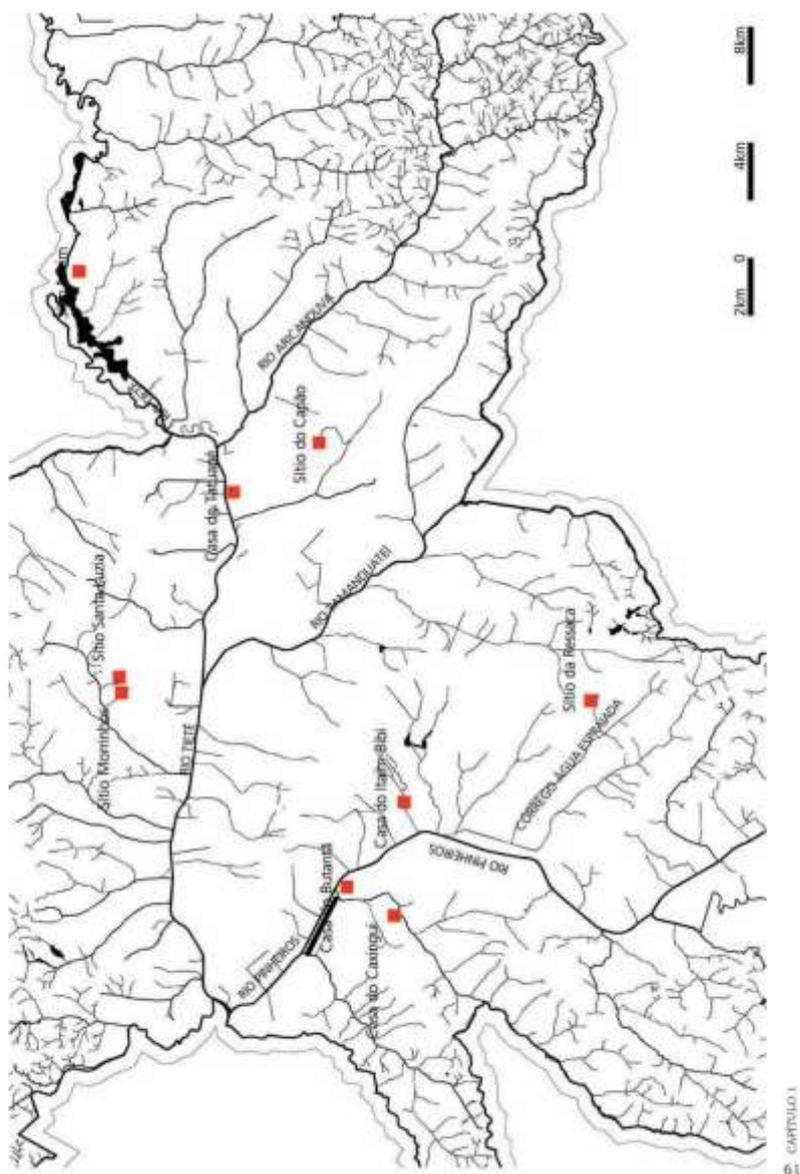
Uma etapa importante do processo foi a realização da consulta ao relatório técnico de tombamento do imóvel, realizado pelo CONDEPHAAT e disponibilizado por meio digital, que foi de extrema importância para conhecermos melhor sobre o histórico do imóvel e seu processo de tombamento, processo esse que, sozinho, seria digno de estudo aprofundado e dissertação sobre as razões, o funcionamento, as peculiaridades dos órgãos de preservação patrimonial e a ocorrência dos tombamentos.

No que diz respeito aos alunos da educação infantil, não tivemos nenhum contato direto com os estudantes, pois o trabalho foi todo baseado em material produzido anteriormente e por projetos da escola e das professoras já concluídos. Foi sobre esse material que nos debruçamos para compreender melhor todo o processo.

Grande parte da pesquisa ocorreu para que obtivéssemos maior conhecimento em relação ao nosso cenário, o Sítio Santa Luzia, suas características e as razões pelas quais o imóvel foi tombado pelo órgão estadual e posteriormente pelo órgão municipal.

O sítio está localizado na cidade de São Paulo, no bairro Jardim São Bento, que está inserido no distrito da Casa Verde. Há registros sobre sua formação que datam do século XVII.

Figura 2 – Localização das Casas Bandeiristas na cidade de São Paulo.



Fonte: Mayumi (2005, p.61).

Antes, nos primeiros anos da vila paulistana, a fazenda – que mais tarde se repartiria em sítios e chácaras – pertencia ao lendário Amador Bueno e sua esposa, dona Bernarda Luís Camacho. As ricas terras abrigaram, nos anos de 1600, grandes trigais e em outros tempos receberam imensas plantações de chá e café e, finalmente, videiras, plantadas por João Maxwell Rudge (PONCIANO, 2001, p. 42).

Segundo Glender (1981), o Sítio Morrinhos pertenceu a Joseph de Góes e Moraes e teria sido construído pelo seu pai antes de 1702 (data que está gravada no alpendre da porta). Os filhos e filhas de Joseph de Góes e Moraes constituíram famílias que foram pioneiras na ocupação do que hoje conhecemos como distrito da Casa Verde, na cidade de São Paulo.

O objetivo desta citação genealógica visa demonstrar que com o correr dos tempos a família (...) cresceu bastante por conseguinte a sua herança foi também bastante subdividida, cabendo a seus herdeiros quinhões de terra; e, por que não dizer que um desses herdeiros levado pela lembrança de sua ascendência nobre, não teria construído uma réplica da casa de seu ancestral depois de aproximadamente, um século, já utilizando as técnicas e os conhecimentos então existentes? (GLENDER, 1981, p.84).

O processo de tombamento por suas características de Casa Bandeirista foi solicitado por Maria C. S. Schicchi e Edgard T. Couto, então estudantes do curso de Arquitetura da Universidade Farias Britto em Guarulhos – SP, em todo o processo e relatório técnico não existe nenhuma indicação da motivação que os tenha incentivado a tal solicitação.

Durante a leitura do processo verificamos que demorou cerca de dois anos para que o parecer fosse favorável ao tombamento pelo CONDEPHAAT e várias avaliações foram realizadas por diversos profissionais, como arquitetos e historiógrafos. A historiógrafa Julita Scarano em sua avaliação destaca:

O objeto de estudo do presente processo localiza-se em Santana, próximo a extinta Fazenda de Santana e também do Sítio Morrinhos, exemplares valiosos de moradas seiscentistas. Sua situação geográfica e suas características denotam alguma relação com aqueles primeiros imóveis, entretanto, não poderíamos fazer nenhuma afirmação nesse sentido sem obtermos comprovação (SCARANO, 1980, p. 21).

O processo de tombamento do imóvel é bastante controverso e há questionamento do arquiteto Armando Rebolo (1980) sobre sua autenticidade como casa bandeirista original.

Trata-se de uma casa construída com taipa de pilão e de planta idêntica a das “casas bandeiristas” típicas do século XVII no Planalto de Piratininga. (...) e disse mais, que conhecendo bem o imóvel, tem a impressão de que a casa não é do século XVII e sim do século XIX.

Não sei em que se baseia Rebolo para pensar que a casa não seja da mesma época das outras “bandeiristas”, mas (?) devido a competência intelectual do informante sou levado a considerar suas palavras.

Assim, embora continue acreditando na autenticidade da “casa bandeirista”, proponho que (...) o CONDEPHAAT ouça o que tem a dizer sobre a autenticidade do monumento o arquiteto Armando Rebolo (LOSSO, 1980, p. 67).

Ao longo de suas 275 páginas, o processo de tombamento do sítio Santa Luzia por diversas vezes nos deixa curiosos sobre qual foi a real motivação da solicitação do tombamento pelo órgão estadual, mas o que mais nos chama a atenção é o fato de o imóvel ter sido tombado pelo CONDEPHAAT (e posteriormente pelo CONPRESP).

O relatório de tombamento do sítio Santa Luzia, durante todo o processo, explicita a possibilidade do fato do imóvel não ser nem uma “casa velha” seiscentista nem um exemplar genuíno de casa bandeirista a que se referem Saia (1955) e Katinsky (1976). Acrescenta, ainda, que o imóvel era conhecido pelo SPHAN por causa do processo de tombamento do sítio Morrinhos na década de 1940, já que os dois imóveis estão há uma distância de aproximadamente 700 metros em linha reta, mesmo havendo um laudo do arquiteto Raphael Glender que refute tecnicamente a tese de que o imóvel seja do século XVII e explique a íntima relação entre os dois imóveis.

Em resumo consideramos que a chamada casa do “Sítio Santa Luzia”, tenha sido construída no século XIX com a introdução dos elementos construtivos da época imitando os padrões e o maneirismo característico do século XVII (GLENDER, 1981, in relatório técnico CONDEPHAAT, p. 83).

Após todas as considerações feitas pelos arquitetos Armando Rebolo (1980) e Raphael Glender (1980), o imóvel foi tombado como casa bandeirista pelo CONDEPHAAT (<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sitio-santa-luzia/>). Posteriormente, ocorreu o tombamento municipal através do CONPRESP (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d833c_05_TEO_89_itens.pdf).

Para a realização da análise do processo de Educação Patrimonial, utilizamos textos disponibilizados no site do IPHAN sobre o tema, principalmente o Guia da Educação Patrimonial, documento norteador escrito por Horta para o Museu Imperial, o documento do IPHAN de 2014: Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos, um material síntese do que foi realizado no Brasil e até então e o material desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) para o programa “Mais Educação”.

Por fim, além de verificar documentos escritos, também foram realizadas visitas ao Sítio Morrinho e ao edifício tombado e escola de educação infantil, com a intenção de compreender como (e se) ocorre o trabalho de educação patrimonial no local.

3.2 - ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante a proposta deste trabalho uma das questões era descobrir se havia na escola um projeto de educação patrimonial e como seriam esses projetos e processos educacionais.

Por essa razão, entramos em contato com a escola e as educadoras nos explicaram sobre os projetos já realizados e em andamento.

Como dito anteriormente, a escola trabalha com a perspectiva pedagógica sócio-construtivista, por meio de projetos que, desde a educação infantil, discutem e mediam temas e conteúdos.

Constatamos que a escola não mantém um projeto constante que remeta a educação patrimonial para os alunos da educação infantil, mas houve um projeto específico para a comemoração dos seus 25 anos, em 2016, que resultou em um painel com as conclusões dos alunos (conforme foto número 9 deste trabalho). Este painel despertou muito interesse desde nossa primeira visita à escola. Em 2011, ocorreu um trabalho parecido na comemoração de 20 anos, resultando num livro (conforme foto número 7).

3.3 - Educação Patrimonial turma G5 Educação Infantil

No ano de 2004, por advento das comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo, ocorreu o primeiro projeto sobre a história do Sítio Santa Luzia junto com os alunos da educação infantil. No entanto, não obtivemos muitas informações sobre esse projeto.

Detectamos o mesmo que já ocorria com a turma de alunos do chamado Grupo 5 (G5), que corresponde aos alunos com cinco anos de idade em fase de alfabetização no que seria a pré-escola.

O projeto sempre ocorre no momento em que estão sendo introduzidas as ideias de pesquisa, nos moldes de uma pesquisa acadêmica, onde os alunos precisam escolher um objeto de estudo, formular hipóteses, ir à campo, realizar entrevista, pesquisar material sobre o assunto e finalizar com um produto (escrito ou somente com imagens e legendas).

Não há na grade curricular dos alunos a obrigatoriedade de que o imóvel tombado seja tema e objeto de pesquisa. Mesmo ocorrendo algumas vezes, o projeto é decidido em consenso pelos alunos, e não por imposição das educadoras.

Com o auxílio das professoras, juntamente com a educadora responsável por apresentar a escola aos interessados em matricular seus filhos, aos pesquisadores e outros interessados, tivemos acesso ao material e parte das pesquisas realizadas nos anos de 2011 e 2016, que tiveram como resultado a apresentação de uma brochura e um painel em comemoração aos aniversários de 20 e 25 anos da unidade de educação infantil. Para o aniversário de 20 anos da unidade ocorreu o primeiro grande projeto de pesquisa sobre o imóvel realizado pelos alunos.

No ano de 2011, as professoras, juntamente com os alunos, escolheram pela primeira vez realizar um projeto de longa duração, em que o resultado final foi a escolha de um livro como presente para a escola por seus 20 anos.

Segundo as professoras, foi realizada uma roda de conversa com os alunos das turmas de cinco anos e o grupo decidiu que queria dar um livro de presente para a escola.

No momento estavam trabalhando os conceitos de antigo e novo e começaram a trabalhar a ideia de como era a escola antigamente. O primeiro passo foi levantar hipóteses do que teria sido o local antes do imóvel ser escola. Os alunos começaram a desenhar e discutir sobre como achavam que o espaço era no passado (a casa, os seus usos etc.).

Brandão (1996) in IPHAN (2014, p. 10) explica: “Estimular a utilização de diferentes processos educacionais, como teatro, dança, cinema, música, literatura, artes plásticas, fotografia, desportos, além da utilização de museus, casas históricas, praças e outros, na geração e operacionalização de situações de aprendizado”.

E, essas professoras, mesmo que não soubessem e sem o contato com o guia disponibilizado pelo IPHAN com manuais disponibilizados pelo MEC referentes a educação patrimonial em ambiente escolar e programa MAIS ESCOLA, ou qualquer outro estudo aprofundado sobre esse assunto, estão realizando em suas rotinas primoroso trabalho de educação patrimonial, utilizando a casa histórica, que é seu local de trabalho, para operacionalizar situação de aprendizado significativo para seus alunos.

O processo e os resultados das descobertas dos alunos sobre sua escola

Foto 6 - Página do livro “História que as Casas Contam” (com foto e legenda dos alunos)

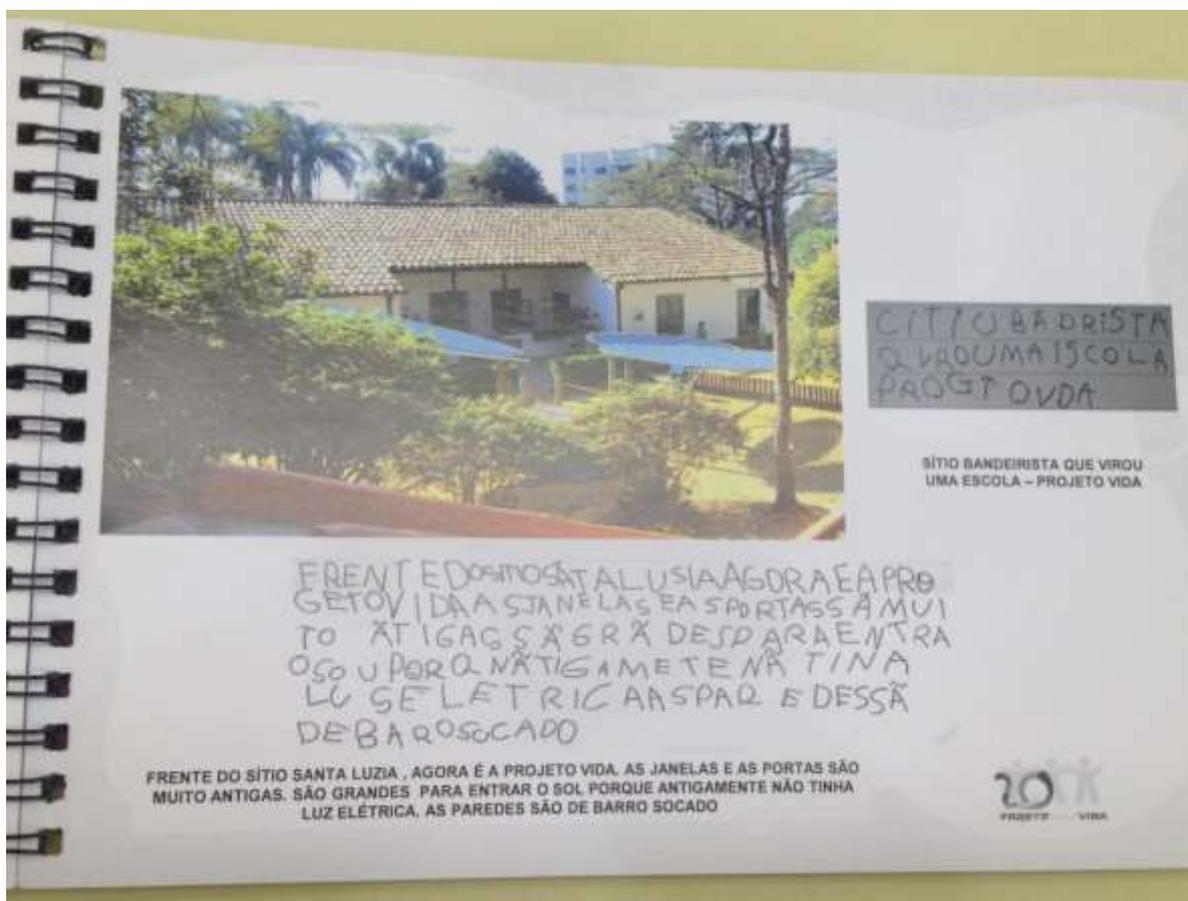


Foto: Fontes (2018)

Num segundo momento, as professoras e os alunos fotografaram o casarão em duas “visitas técnicas” de observação que fizeram no espaço, além de visitas ao sítio Morrinhos (casa bandeirista muito próxima à escola) e à Casa do Bandeirante (que fica no bairro do Butantã e deu origem ao nome casa bandeirista no ensaio de Luis Saia de 1955).

Após todos os levantamentos hipotéticos, as professoras levaram para leitura em aula uma notícia de jornal que explicava sobre o que foi o Sítio Santa Luzia e sua história, além de realizar entrevista com antigos moradores do bairro. Como proposta da escola, parte da pesquisa é realizada junto com os pais dos alunos, pois o fato de muitos morarem desde a infância no bairro auxilia na construção desse conhecimento.

Foto 7 - Página do livro “História que as Casas Contam” (com foto e legenda dos alunos)

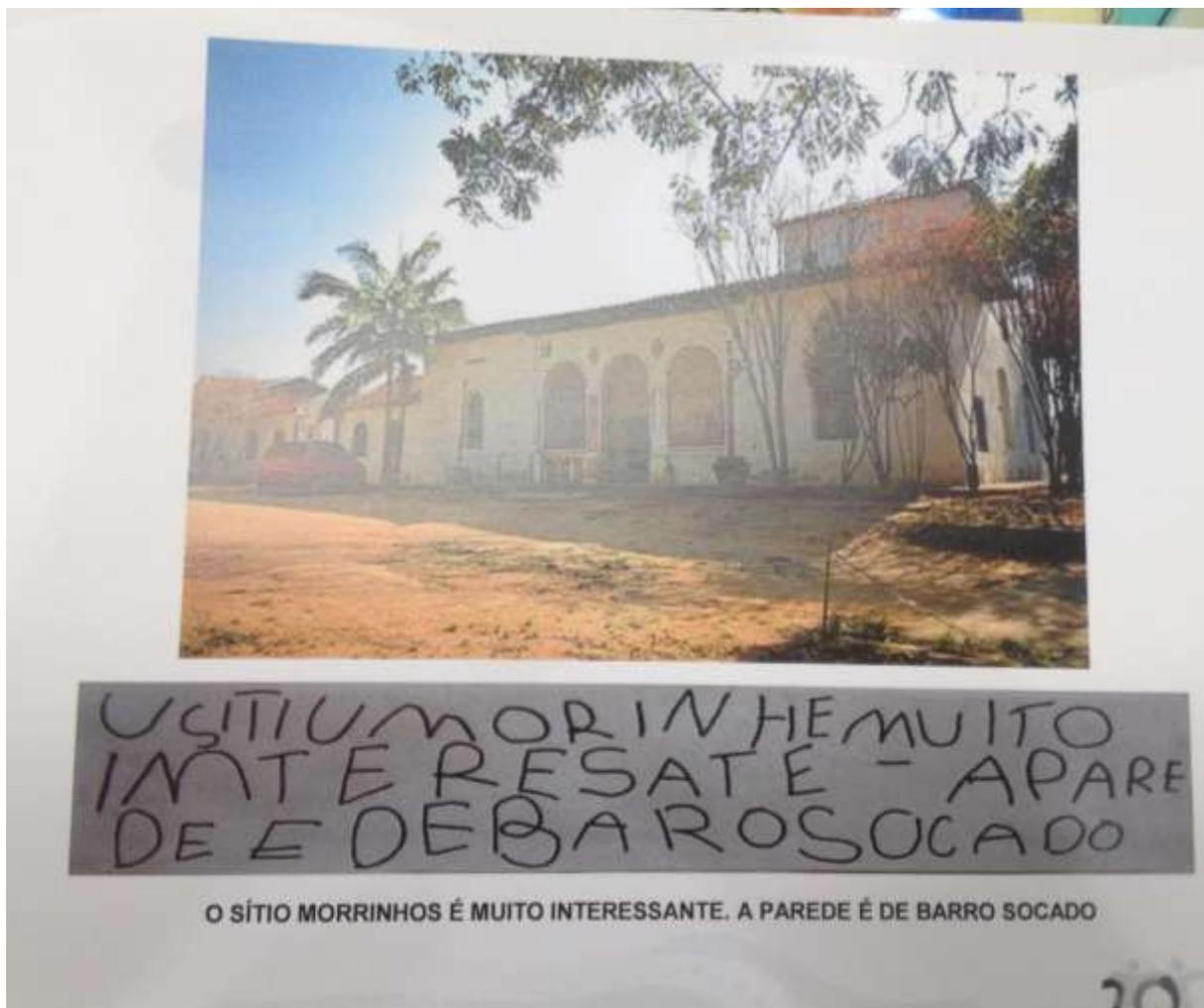


Foto: Fontes (2018)

Nesse projeto foram explicados os conceitos de patrimônio, tombamento e preservação aos alunos.

Depois de aprender e discutir todos esses conceitos, os alunos começaram a legendar as fotos que foram feitas no começo do projeto (depois que aprenderam o que eram, puderam “dar nomes às coisas”).

As imagens contidas no produto final e suas legendas foram selecionadas, após triagem, pelos alunos juntamente com as professoras, que optaram por aquelas que representavam melhor o que gostariam de apresentar. O projeto foi realizado durante

um semestre (de março a outubro) e as crianças descobriram o espaço em que estão inseridas.

Foto 8 - Livro “História que as Casas Contam” (Produto final do Projeto em 2011)



Foto: Fontes (2018)

Foto 9 – Apresentação livro “História que as Casas Contam” (Produto final do Projeto em 2011)

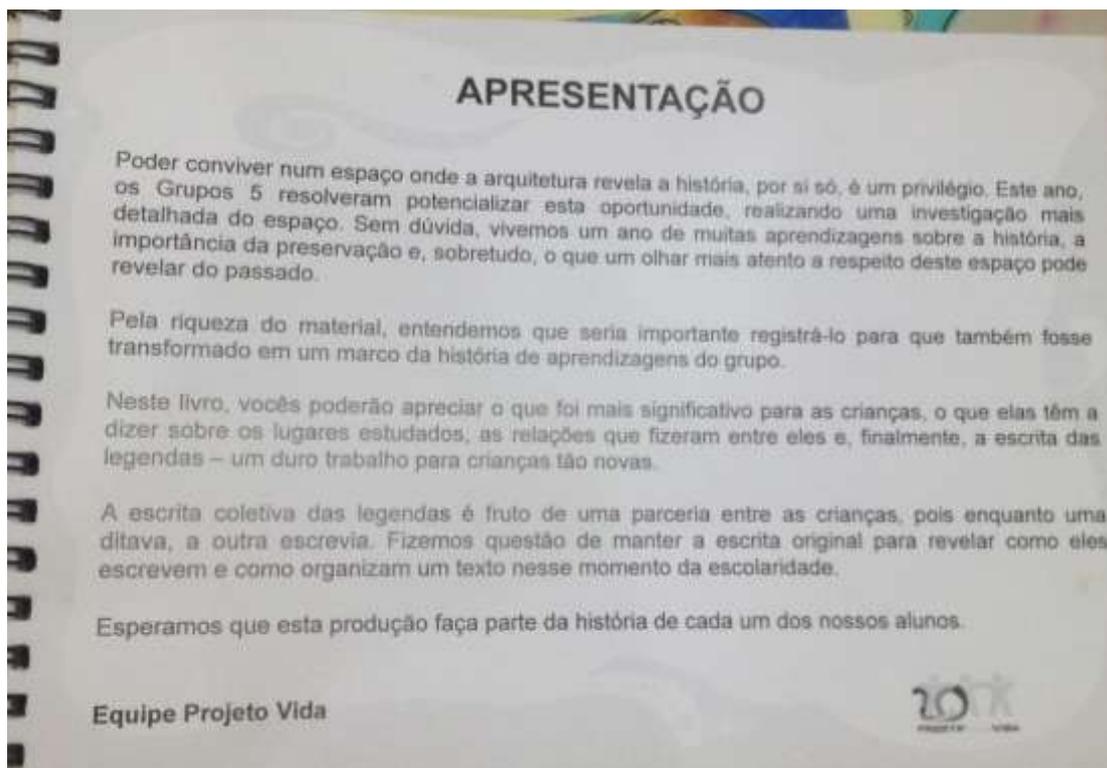


Foto: Fontes (2018)

Em 2016, quando a escola completou 25 anos, as mesmas professoras sugeriram aos alunos do G5 fazer um projeto de pesquisa para conhecer mais sobre a unidade e apresentá-la, como havia ocorrido em 2011.

O projeto ocorreu seguindo a mesma metodologia de 2011, foram cumpridas as mesmas etapas e realizadas visitas aos mesmos locais visitados. O projeto também ocorreu durante um semestre, as pesquisas começaram em março e finalizaram em outubro. O produto final foi o painel como um presente para a escola.

Foto 10 - Pannel “Nosso Casarão” (com fotos, desenhos e legenda feitos pelos alunos)



Foto: Fontes (2018)

3.4 - Aulas sobre o Bandeirismo

A aula sobre o bandeirismo é um projeto contínuo na escola, fazendo parte da grade curricular dos alunos do 6º e 8º anos do ensino fundamental, contudo pode ser trabalhado somente pelos professores de História ou em conjunto com outras disciplinas, como Geografia e Artes, o que dependerá muito do projeto de cada ano.

É necessário frisar que os alunos do ensino fundamental I e II estudam em uma unidade diferente dos alunos da educação infantil.

Todos os anos, quando os alunos dos anos acima citados estão estudando o conteúdo relacionado ao bandeirismo, são realizadas algumas visitas de campo para complementação do assunto e é introduzido o conceito de patrimônio (de acordo com o que foi apresentado pelas educadoras, o conceito utilizado é basicamente de patrimônio edificado e não toda sua complexidade).

As visitas são realizadas na Casa do Bandeirante (restaurada para as comemorações do aniversário de 400 anos da cidade de São Paulo, e sobre a qual Saia fez o ensaio em 1955, também para essa comemoração e onde aparece pela primeira vez o termo “Casa Bandeirista”).

O Sítio Morrinhos (Casa Bandeirista onde se encontra o Centro de Arqueologia da Cidade de São Paulo), assim como o Sítio Santa Luzia, é um dos exemplares que foram tombados pelo IPHAN na primeira metade do século XX, atualmente tombado pela instância federal, estadual e municipal.

Os projetos desses conteúdos têm duração média de um mês e durante esse período os alunos costumam retornar ao Sítio Morrinhos e Sítio Santa Luzia, o primeiro pela sua importância e material para estudo disponível (além da proximidade física com a unidade escolar); o segundo, além da proximidade física, também pela disponibilidade, por ser uma unidade da escola.

No artigo de Niemann e Brandoli (2011, p. 14), escrevem que “uma escolha pedagógica inevitavelmente comunica uma concepção do processo de aprendizagem e do aprendiz. A pedagogia jamais é isenta. Trata-se de um meio que carrega sua própria mensagem”.

Tomando então como exemplo a Escola Projeto Vida, que se declara sócio-construtivista, pode-se dizer que ela realmente atua de acordo com esses princípios, tendo em vista o fato de que nessa metodologia de ensino a criança é sujeito do processo de aprendizado, ou seja, possui autonomia, voz ativa e o processo ocorre

respeitando o conhecimento prévio do aluno, assume-se que o educando não é uma “folha em branco”, que desde o seu nascimento e entendimento como sujeito, possui sua vivência e adquire conhecimento de acordo com o seu meio e é capaz de questionar e formular conclusões.

Com relação aos alunos do ensino fundamental II em suas pesquisas referentes ao projeto do tema bandeirismo, há interação de trabalho de campo com outras casas bandeiristas da cidade, de acordo com a proposta da escola, onde há visitas técnicas e estudos do meio em diversas disciplinas, de acordo com o projeto de cada professor.

Não foi possível ter acesso ao material de trabalho, já que os estudantes pertencem à outra unidade de ensino que não era nosso foco nessa pesquisa, mesmo assim, trouxemos essa experiência, por ser um projeto com continuidade, ou seja, é um projeto que ocorre todos os anos e faz parte da grade curricular da escola.

Acredita-se ser um exemplo de educação patrimonial típico, da educação patrimonial tradicional, que segundo Magalhães (2009) uma das características de uma educação patrimonial tradicional é “ser universalizante e homogeneizante, partindo do princípio da existência de uma identidade e de uma memória, imposta pelos detentores do saber sistematizado e oficial”, o que é mais habitual no que se refere ao ensino sobre o bandeirismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Patrimonial que ocorre na Escola Projeto Vida corrobora com os discursos de Luchesi (1994) e Brandão (1996), quando o primeiro refere-se à escola no sentido de ter que se reinventar, e a segunda destaca as novas técnicas e metodologias de ensino. Na Escola Projeto Vida pudemos constatar que as educadoras da instituição atuam para se reinventar, utilizando como técnica de trabalho a utilização de projetos de pesquisa e um trabalho de despertar a curiosidade e interesse pelo conhecimento.

Quando ocorreu o primeiro contato nosso com a responsável pela escola para podermos realizar parceria durante o trabalho relacionado à Educação Patrimonial, descobrimos que o conceito não era conhecido por aqueles que o realizavam .

Constatamos que é realizado um excelente trabalho de educação patrimonial na escola, sem mesmo receber o nome, que atua de acordo com os princípios da unidade, estimulando a participação em projetos culturais (em seu site o Projeto Vida afirma que “os conhecimentos culturais contribuem para a ampliação da expressão artística e estética dos alunos e de toda a comunidade”).

A Escola Projeto Vida tem explorado e aproveitado positivamente o fato de estar instalada em uma casa histórica bandeirista e de estar muito próxima ao Centro de Arqueologia de São Paulo (também uma casa bandeirista), para trabalhar com seus alunos do ensino infantil e fundamental.

A educação patrimonial é algo possível de se trabalhar desde a primeira infância, quando a criança está no processo de desenvolvimento intelectual. Pensando sobre as teorias de Piaget, quando nos fala que a fase intuitivo-simbólica dos dois aos sete anos é quando a criança percebe uma realidade externa a si e é nesta fase que ela constrói uma realidade simbólica. Essa fase também conhecida como a fase “dos porquês”. Acredito ser muito acertada a escolha dessa fase para trabalhar com processos investigativos e procedimentos de pesquisa.

Percebemos que a Educação Patrimonial em ambiente escola é viável, neste caso existe o fato de o edifício escolar ser um monumento histórico tombado, mas existe a possibilidade de utilização de diversos espaços públicos para que esse ensino ocorra. Ficou claro que desde muito jovens as crianças conseguem realizar um trabalho de pesquisa (desde que com orientação) e que não devemos subestimar sua capacidade de compreensão do mundo.

Por fim, Demarchi (2018) diz que o educador precisa ter consciência de suas concepções sobre educação, patrimônio e cultura e que “educação patrimonial deve ser uma prática que permita a análise crítica do patrimônio”. No caso da Escola PROJETO VIDA, mesmo não sabendo nomear (ou não conhecendo a nomenclatura acadêmica), as professoras praticam a Educação Patrimonial em sua rotina e esta pesquisa não teria sido possível sem o trabalho que realizam, em contrapartida, agora conhecem o nome daquilo que fazem com muita competência.

Freire (1996, p. 34) diz: “Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos”. Acredito que esta pesquisa abriu caminho para que suas atividades de Educação Patrimonial também se transformem em outros projetos de pesquisa e em mais conhecimentos para esta área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **LEI Nº 13.415, de 16 DE FEVEREIRO DE 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4.

Acesso em: 07 de julho de 2018.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais.** Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

CONDEPHAAT. **Processo 21185/1980:** Solicitação de Tombamento Sítio Santa Luzia. São Paulo, 1980.

DEMARCHI, João Lorandi. **O que é, afinal, a educação patrimonial?** *In* Revista CPC 13 (25), 2018, p.140-162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 13º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial.* Brasília. Petrópolis. Museu Imperial, IPHAN, 1999.

IPHAN. **O que é Educação Patrimonial.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em 08 de julho de 2018.

KATINSKY, Julio Roberto. **Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo.** São Paulo: IGEOG- USP, 1976.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Casa Paulista - história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café.** São Paulo: EDUSP, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARCO, Anita di. **Escola e patrimônio A escola que une passado e futuro.** *In:* Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/11.120/6440>. Acesso em 04 de julho de 2018.

MARINS. Paulo Cezar Garcez. **Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista.** *In:* Terra Paulista, trajetórias contemporâneas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

MATOS, Alexandre Pena. **Educação patrimonial nas escolas e empreendimentos arqueológicos: a cultura material nos bens culturais familiares.** X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS. Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em 04 de novembro de 2018.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas**. São Paulo: tese de doutorado apresentado à FAU-USP. São Paulo, 2005.

_____. **Taipa, canela preta e concreto: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2008.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Intervenções em núcleos históricos como instrumentos de construção da cidadania e de desenvolvimento sustentável**. Disciplina Educação Patrimonial, Ambiental e Cultural. Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, UAB/UnB, 2018.

MORAES, Allana Pessanha. **Educação Patrimonial: Uma proposta curricular**. Monografia (Bacharelado em Ciência da Educação) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2005.

O ESTADO DE São Paulo. **Santana preserva prédios históricos**. 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,santana-preserva-predios-historicos,1791775>. Acesso em 07 de julho de 2018.

ORIÁ, Ricardo. **Educação Patrimonial: Conhecer Para Preservar**. Educacional. Disponível em: www.minc.gov.br. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

PONCIANO, Levino. **Bairros paulistanos de A a Z: pequeno dicionário histórico e amoroso**. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SAIA, Luis. **A Casa Bandeirista (uma interpretação)**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955.

SCHICCHI, Maria C. S.; COUTO, Edgard T. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sitio-santa-luzia/>. Acesso em 01 de julho de 2018.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial**. In Revista Teias, v. 18, n. 48 (Jan.-Mar., 2017): Políticas e Práticas de Educação Patrimonial no Brasil e na América. Disponível em: <http://www.repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u5149/25231-89221-1-PB.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação Patrimonial: Relatos e experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de Autorização da Escola Projeto Vida

ANEXO 2 – Resolução de Tombamento Sítio Santa Luzia

ANEXO 3 – Planta baixa do imóvel

ANEXO 4 – Planta baixa do imóvel

ANEXO 5 – Planta baixa do imóvel

ANEXO 6 – Fotos do imóvel para o processo de tombamento

ANEXO 7 – Parecer de tombamento – CONDEPHAAT

ANEXO 8 – Publicação do Tombamento no Diário Oficial

ANEXO 9 – Fotografias para a publicação “Patrimônio Cultural Paulista”

ANEXO 10 – Carta da diretora Mônica Padroni ao CONDEPHAAT

ANEXO 1 – Termo de Autorização da Escola Projeto Vida

ESCOLA  PROJETO VIDA

ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO INFANTIL
DIRETORIA DE ENSINO – CENTRO
Autorização de Funcionamento: Portaria nº 01/97
2ª DE - publicada no D.O.E. de 15/01/97

São Paulo, 17 de janeiro de 2019.

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu Mônica de Castro Capuzzo Padroni, abaixo, assinado, responsável pela unidade de Educação Infantil da ESCOLA PROJETO VIDA, autorizo a divulgação do nome da escola no trabalho de conclusão de curso da pesquisadora Renata Canuto Fontes, para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização e Patrimônio Cultural e Artístico, pela Universidade de Brasília (UNB).



Mônica de C. Capuzzo Padroni
Direção da Educação Infantil.
RG. 11 800 234-X

ANEXO 2 – Resolução de Tombamento Sítio Santa Luzia

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Resolução SC 43/82

O Secretário Extraordinário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, resolve:

Artigo 1º - Fica tombado como monumento histórico-arquitetônico o imóvel situado à Rua Sórora Angélica, 364 – Bairro de Santana, denominado "Sítio Santa Luzia" possível remanescente de casa bandeirista existente nesta Capital.

Artigo 2º - Fica definido como área "non aedificandi", o terreno em forma poligonal que assim se descreve:

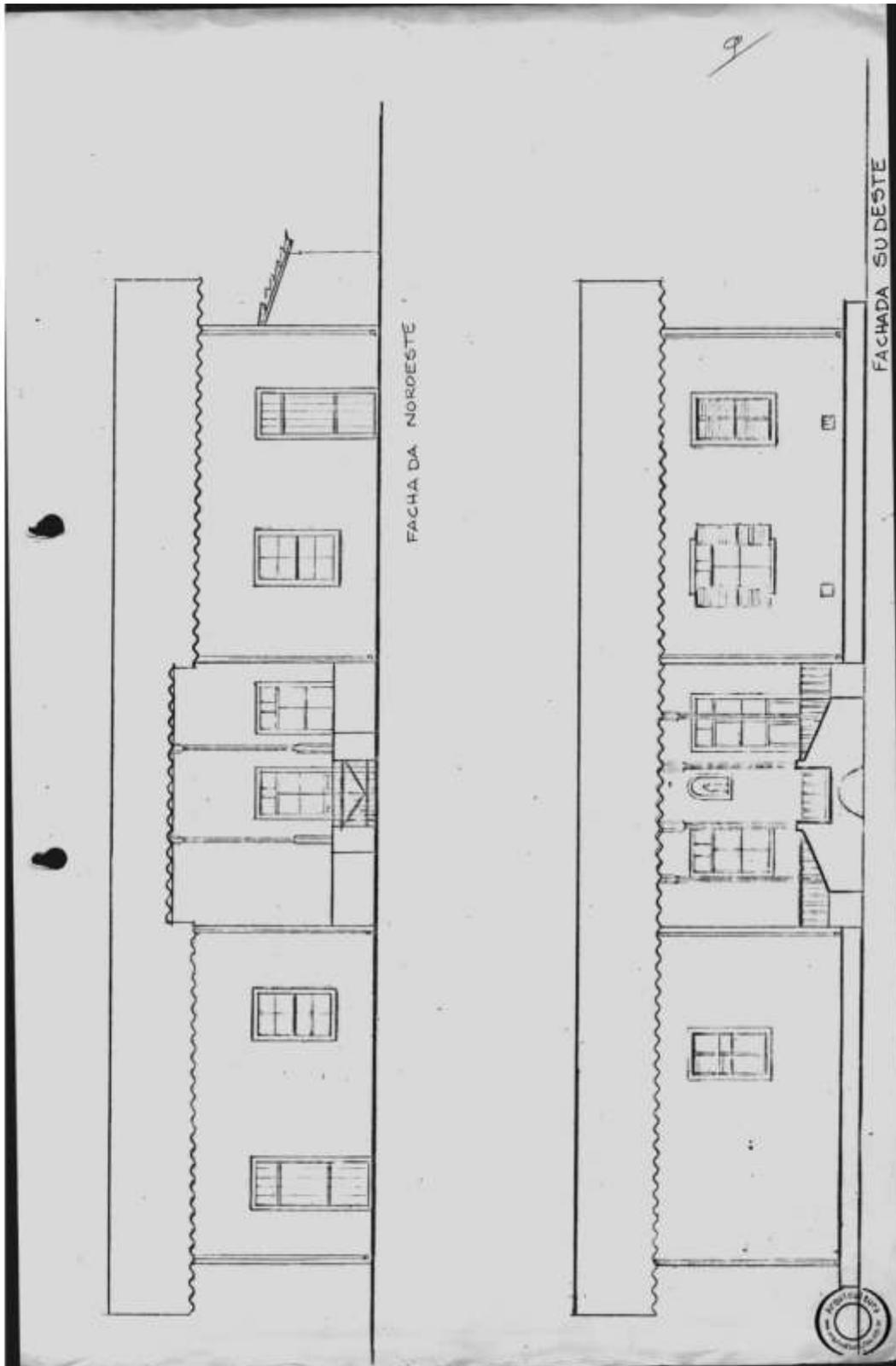
Inicia no ponto A (planta fls.94 – Proc. CONDEPHAAT 21185-80 – cópia em anexo) seguindo em direção perpendicular à Rua Sórora Angélica numa distância aproximadamente 43,50 m. atingindo o ponto B, onde deflete à direita, angulo de 55º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 24,00 m. até atingir o ponto C, onde deflete à direita ângulo de 25º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 23,40 m. atingindo o ponto D, onde deflete à direita ângulo de 25º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 24,60 m até atingir o ponto E, onde deflete à direita ângulo de 65º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 10,50 m até atingir o ponto F, onde deflete à direita ângulo de 90º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 8,40 m até atingir o ponto G, onde deflete à esquerda ângulo de 58,80º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 15,60 m até atingir o ponto H onde deflete à esquerda ângulo de 24º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 20,00 m até atingir o ponto I onde deflete à direita ângulo de 77,30º seguindo pelo alinhamento da Rua Sórora Angélica numa distância de aproximadamente 45,20 m até atingir o ponto A início dessa descrição.

Artigo 3º - Os terrenos situados fora da poligonal embora dentro do raio de 300,00 m por não abrangidos pelo artigo 2º ficam liberados de apreciação pelo CONDEPHAAT.

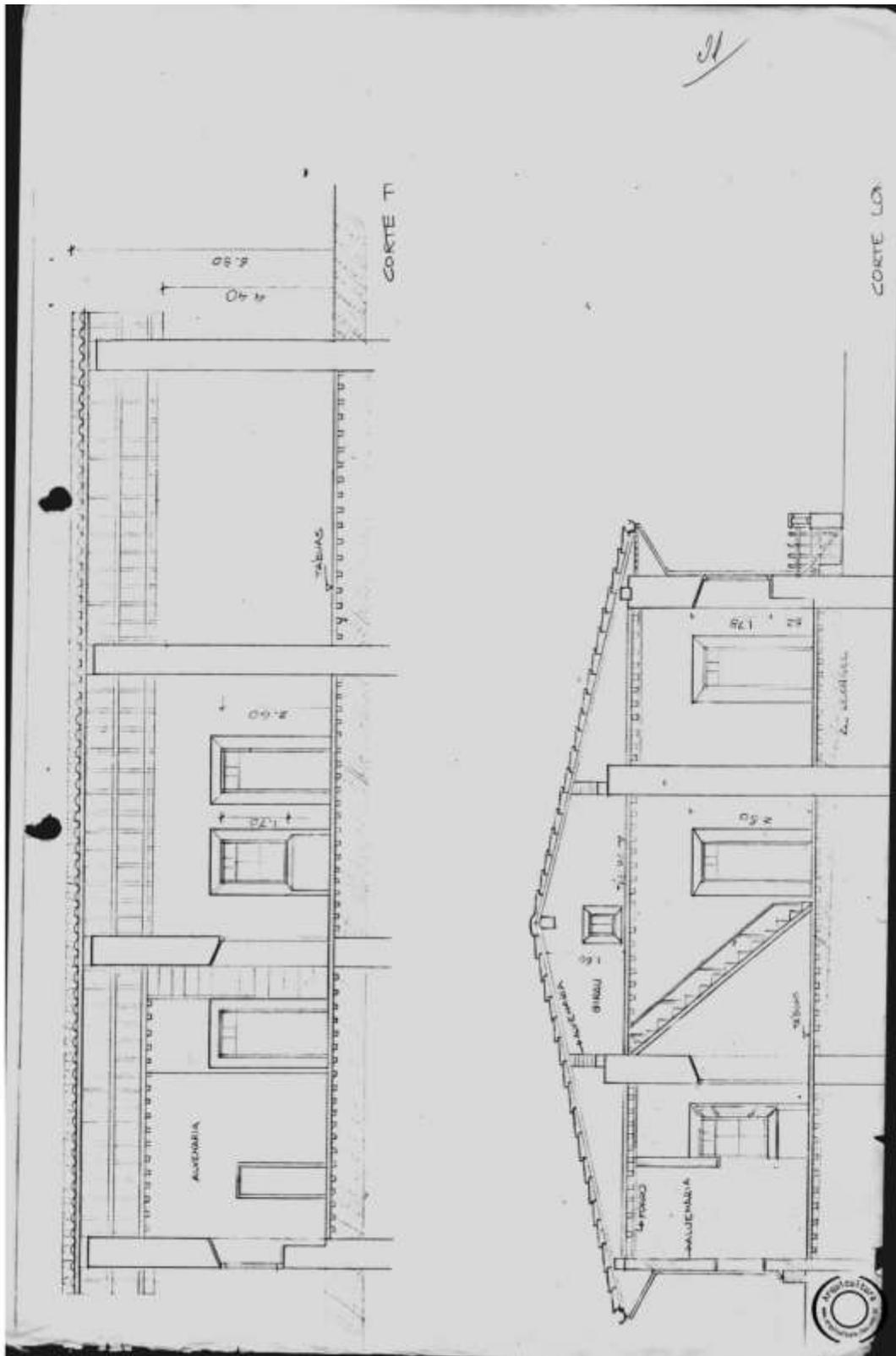
Artigo 4º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente, o imóvel em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

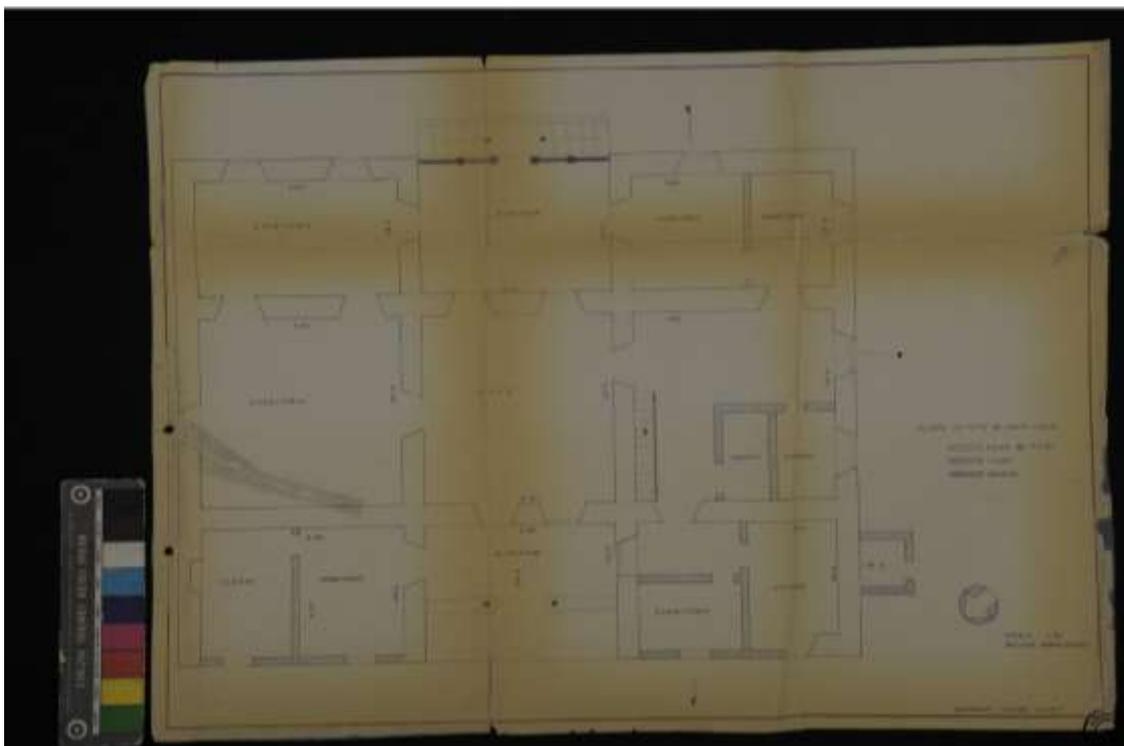
ANEXO 3 – Planta baixa do imóvel



ANEXO 4 – Planta baixa do imóvel



ANEXO 5 – Planta baixa do imóvel



ANEXO 6 – Fotos do imóvel para o processo de tombamento

Processo de Tombamento nº 21185/7-12



13



19



15



ANEXO 7 – Parecer de tombamento – CONDEPHAAT

P. Condephaat
nº 21185/80



ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 43 DE 12 DE MAIO DE 1982

ANTONIO HENRIQUE CUNHA BUENO, SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969, e do Decreto-13.426 de 16 de março de 1979,

R E S O L V E

Artigo 1º - Fica tombado como monumento histórico-arquitetônico o IMÓVEL SITUADO À RUA SOROR ANGÉLICA Nº 364 - BAIRRO DE SANTANA DENOMINADO "SÍTIO SANTA LUZIA", possível remanescente de casa bandeirista existente nesta Capital.

Artigo 2º - Fica definido como área "non aedificandi", o terreno em forma poligonal que assim se descreve:

Inicia no ponto A (planta fl. 94 - Proc. CONDEPHAAT nº 21185/80 - cópia em anexo) seguindo em direção perpendicular a Rua Soror Angélica, numa distância de aproximadamente 43,50 m, atingindo o ponto B, onde deflete à direita, ângulo de 65º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 24,00 m até, atingir o ponto C, onde deflete à direita ângulo de 25º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 23,40 m atingindo o ponto D, onde deflete à direita ângulo de 25º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 24,60 m até atingir o ponto E, onde deflete à direita ângulo de 65º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 10,50 m até atingir o ponto F, onde deflete à direita ângulo de 90º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 8,40 m até atingir o ponto G, onde deflete à esquerda ângulo de 53º30' seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 15,60 m até atingir o ponto H onde deflete à esquerda ângulo de 24º seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 20,00 m até atingir o ponto I

8057 - Modelo Oficial 18





ESTADO DE SÃO PAULO

onde deflete à direita ângulo de $77^{\circ}30'$ seguindo pelo alinhamento da Rua Soror Angélica numa distância de aproximadamente 45,20 m, até a atingir o ponto A início dessa descrição.

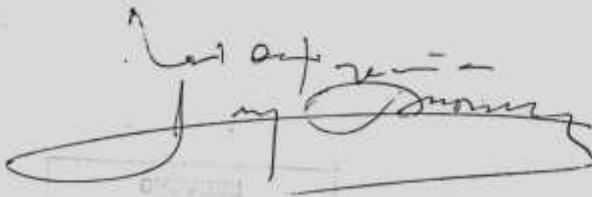
Artigo 3º - Os terrenos situados fora da poligonal embora dentro do raio de 300,00 m por não abrangidos pelo artigo 2º ficam liberados de apreciação pelo CONDEPHAAT.

Artigo 4º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente, o imóvel em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA CULTURA, aos 12 de maio de 1982


ANTÔNIO HENRIQUE CUNHA BUENO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA



501.000 83.400 1982

MEIP - Modelo Oficial 18



501

DIÁRIO OFICIAL DE 21/MAIO/1982

Resolução 43, de 11-5-82

O Secretário Extraordinário da Cultura, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei 148, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 11.428 de 14 de março de 1978, resolve:

Artigo 1.º — Fica tombado como monumento histórico-arquitetônico o imóvel situado à Rua Socor Angélica, 384 — Bairro de Santana, denominado "Sítio Santa Lúcia", possível remanescente da casa bandeirista existente nesta Capital.

Artigo 2.º — Fica definido como área "reservada", o terreno em forma poligonal que assim se descreve:

Inicia no ponto A (planta da 94 — Proc. CONDEPHAAT 21185-80 — cópia em anexo) seguindo em direção perpendicular à Rua Socor Angélica, numa distância de aproximadamente 43,30 m, atingindo o ponto B, onde deflete à direita, ângulo de 65º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 24,00 m até atingir o ponto C, onde deflete à direita, ângulo de 25º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 23,40 m atingindo o ponto D, onde deflete à direita, ângulo de 25º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 24,40 m até atingir o ponto E, onde deflete à direita, ângulo de 61º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 10,50 m até atingir o ponto F, onde deflete à direita, ângulo de 90º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 4,40 m, até atingir o ponto G, onde deflete à esquerda, ângulo de 53º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 15,00 m até atingir o ponto H, onde deflete à esquerda, ângulo de 24º, seguindo nessa direção numa distância de aproximadamente 20,00 m até atingir o ponto I, onde deflete à direita, ângulo de 77º, seguindo pelo alinhamento da Rua Socor Angélica numa distância de aproximadamente 43,30 m, até atingir o ponto A início dessa descrição.

Artigo 3.º — Os terrenos situados fora da poligonal emboca dentro do raio de 200,00 m por não atingidos pelo artigo 2.º ficam liberados de apreensão pelo CONDEPHAAT.

Artigo 4.º — Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombamento competente, o imóvel em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 5.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



ANEXO 9 – Fotografias para a publicação “Patrimônio Cultural Paulista”



143
u

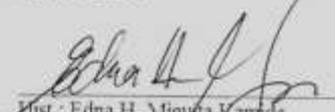
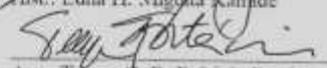
De	Número	Ano	Rubrica
			143

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

À Diretoria Técnica.

Estamos encaminhando fotografias tiradas para a publicação do
PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA - Bens Tombados 1968 - 1998, para
serem anexada (s) aos respectivos processos de tombamento.

STCR, 28 de Agosto de 2000.


Hist.: Edna H. Miguita Kamide

Arq.: Tereza C. R. Epitácio Pereira

Obs.: Colaboração do arquiteto Cato M. de O. Fabiano.

À STA para
proceder à juntada nos respectivos processos de
tombamento.


José Guilherme Savoy de Castro
Diretor Técnico do STCR
CREA N° 17515-D-SP



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

144
149

Ben Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 21185/80 Res.: 43, 12/5/82



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de dez. 07 a serem anexadas ao processo de tombamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

148
m
150

Item Tombado: Sítio Santa Luzia Proc de Tomb: 21185/80 Res: 43. 12/5/82



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de DEZ/07 a serem anexadas ao processo de tombamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

146
12/15

Bem Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb: 21195/80 Res.: 43 12/15/82



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de DEZ 07 e serem anexadas ao processo de tombamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

Item Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 21195/60 Res: 43 12/15/82



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Eptácio Pereira, de DEZ/07 a serem anexadas ao processo de tombamento.



148
153

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

Bem Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 21195/80 Res: 43, 12/5/82



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de DEZ 07 a serem anexadas ao processo de tombamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

149
154

Item Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 21185/80 Res: 43.12/15.182



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Eptácio Pereira, de dez. 07 a serem anexadas ao processo de tombamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico,
Turístico do Estado de São Paulo.

155

Bem Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 2195/80 Res. 43 12/5/82



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de DEZ. 07 a serem anexadas ao processo de tombamento.



156
12

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

Beni Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb: 21195/80 Res: 43.12/5.182



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de DEZ/11 a serem anexadas ao processo de tombamento.



B.P.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

Bem Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 21195/80 Res. 43, 12/5/82



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de DEZ/87 e serem anexadas ao processo de tombamento.



158
u

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

Item Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb: 21195/80 Res: 43 12/5 1982



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de dez 87 e serem anexadas ao processo de tombamento.



130/16

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Bem Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 21185.180 Res: 43 12/5.182



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Eptácio Pereira, de dez. 07 a serem anexadas ao processo de tombamento.



10/11

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico
Turístico do Estado de São Paulo.

Dem Tombado: Sítio Santa Luzia Proc. de Tomb. 21185/80 Res. 43 12/5 182



Obs.: Fotos de autoria de Tereza C. R. Epitácio Pereira, de DEZ/87 a serem anexadas ao processo de tombamento.



ANEXO 10 – Carta da diretora Mônica Padroni ao CONDEPHAAT

São Paulo, 31 de março de 1992

120

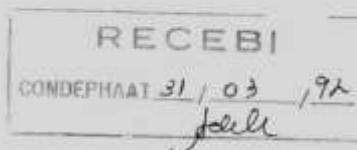
ILmo Sr. Marcos Duque Gadelho

Gostaríamos por meio desta de solicitar informações a respeito do imóvel situado a Rua Soror Angélica, que é tombado pelo Condephat.

Solicitamos que nos coloquem a par das restrições que pesam sobre o dito imóvel em relação as modificações possíveis internas e externas.

Agradecemos antecipadamente,

Mônica Padroni
Escola Projeto Vida



Escola Projeto Vida - R. Soror Angélica, 331 - tel: 950 8345

